

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CEZAR MIOLA
MD CONSELHEIRO E RELATOR DO PROCESSO N° 000383-0200/20-1
CONTAS DE GOVERNO DE 2020
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
OBJETO: ESCLARECIMENTOS – RELATÓRIO DE GESTÃO

TÂNIA TEREZINHA DA SILVA, Prefeita Municipal de Dois Irmãos na gestão do ano de 2020, CPF nº 386.025.550-91, residente e domiciliada na Av. São Miguel, nº 969, apto. 45, Centro, Dois Irmãos, RS, nos autos respectivos, por intermédio de sua Advogada que a presente subscreve, instrumento de mandato incluso (doc. 01), r. vem à presença de Vossa Excelência, tempestivamente, prestar **ESCLARECIMENTOS** nos autos do processo em epígrafe consoante as razões fáticas e jurídicas a seguir articuladas:

I. DA TEMPESTIVIDADE.

Consoante se vê dos autos eletrônicos, a peticionaria restou intimada por despacho (peça 4096229) a prestar esclarecimentos por carta AR, notificação essa que restou juntada aos autos no dia 17.02.2022, uma quarta-feira, consoante se vê da página 105 – peça 4127580 (art. 117, §§ 3º e 5º – resolução 1028/2015).

Assim, atenta ao prazo regimental para fins de oferta de esclarecimentos, qual seja, 30 dias (art. 12, inciso IV) contados a partir do primeiro dia útil da data da juntada ao processo, devidamente certificada, do aviso de recebimento postal ou de documento equivalente, está a oferecer tempestivamente dita peça, requerendo seja conhecida por V. Exa. para os fins de defesa e esclarecimentos apontados em relatoria.

II – DAS INCONFORMIDADES LEVANTADAS EM AUDITORIA TÉCNICA - DO MÉRITO E DO DIREITO

4.1.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)

Está sendo apontado que a Administração não teria atendido os prazos com relação a protocolos eletrônicos de 26,36% - prazo médio de 7,1 dias com reação as licitações, e, 46,57% - prazo médio de 12,75 dias com relação aos contratos.

Nesta questão Eminente Conselheiro, convém ressaltar que as restrições de trabalho impostas pela pandemia COVID/19, trouxeram significativa contribuição para o aqui constatado. Expedientes de trabalho foram suspensos em algumas oportunidades no correr do ano; afastamentos de servidores igualmente ocorreram em face da suspeita de contaminação pela COVID/19; enfim, várias intercorrências houveram que prejudicaram a eficiência deste departamento, todavia, mesmo que com atraso, não deixaram de ser cumpridos e encaminhados a esta Corte.

5.4. Execução do Controle Interno

5.4.1 Atendimento das recomendações da Unidade Central de Controle Interno.

Passa a inferir a Auditoria de que o(a) Gestor(a) “não adota providências de correção as inconformidades”, assim como “não estaria a adotar medidas tendentes a responsabilizar os agentes”.

Atento a peça 3295053, que diz respeito à “manifestação conclusiva do Controle Interno” sobre o exercício de 2020, não se verifica tais apontamentos, senão vejamos:

O Controle Interno, junto ao item 27 do relatório, dente outras

constatações, ressalta que:

“(…)

Não foram constatadas inconformidades e/ou recomendações passíveis de serem corrigidas e/ou atendidas pela Administração;

Não foram inseridas observações para este item

Não houve apontamento de irregularidades com infringência a legislação municipal pela Administração Municipal

Não foram inseridas observações para este item

Portanto Eminentíssimo Conselheiro, a Unidade de Controle Interno do Município diz que não foram constatadas inconformidades ou recomendações passíveis de serem corrigidas ou atendidas naquele exercício, asseverando ainda de que não houve, a seu juízo, apontamento ou irregularidades com relação ao cumprimento das leis.

O que a Unidade de Controle Interno passa a alertar, em verdade, é que na legislação municipal não há normas ou regras que assegurem sua participação no processo de acompanhamento de tomada de contas “especiais” manifestando-se, ao final, sobre eventuais providências a serem tomadas, inclusive sobre eventual responsabilização dos agentes.

Destaques-se Exa., é a própria Unidade de Controle Interno que atesta não haver inconformidades ou irregularidades sobre atos de gestão no ano de 2020, alertando, no entanto eventual ausência de prerrogativas legais sobre sua participação efetiva no processo. Todavia, eventual deficiência não está a impedir sua participação, o que resta claro.

Premissa equivocada de que o gestor não adotou providências à correção de inconformidades apuradas ou eventual responsabilização, posto que, segundo a própria Unidade de Controle Interno, não ocorreram !

A Unidade de Controle Interno do Município foi sim atuante e, segundo sua própria manifestação, não houve nenhuma inconformidade, tampouco qualquer recomendação no ano de 2020 que necessitasse de atos de gestão tendentes a sua correção ou observação.

Exa., nenhuma infringência há pela Gestora, no que diz respeito a este item, posto que, repise-se, não houve inconformidades levantadas pelo Controle Interno no ano de 2020, em especial que importasse e correção e eventual penalização de agentes.

5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as contas do Prefeito.

Aduz a auditoria desta Corte de que a Unidade não teria, de forma conclusiva, se pronunciado sobre as contas do Prefeito o que, data vênia, discorda.

Atento ao relatório e parecer datado de 27 de janeiro do não de 2021, composto de oito laudas, é possível identificar, em várias passagens, posicionamento concreto e claro acerca da provação das contas, a saber:

“(…)

3. Sobre o exame da folha de pagamento:

Visando verificar a execução da folha de pagamento, a Unidade

Central de Controle Interno auditou os procedimentos respectivos, por amostragem, de onde se extrai que:

A folha de pagamento é organizada e executada por secretarias e departamentos.

Os servidores alocados nas secretarias e departamentos **estão devidamente lotados nas respectivas unidades administrativas**, inclusive os vinculados à Educação e Saúde:

Não há vantagens, cujo direito foi implementado por servidores, **pendentes de concessão**, como por exemplo, adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade, etc.

As vantagens funcionais concedidas aos servidores, como por exemplo, adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade e gozo de férias, etc., **ocorreram regularmente** e contaram com a emissão e publicação do ato respectivo, bem como com a devida anotação nos registros funcionais.

Os documentos essenciais para comprovar o direito às vantagens concedidas aos servidores **estão devidamente arquivados**;

Foram devidamente formalizados atos de aplicação de penalidades (decorrentes de procedimento administrativo regular), como advertências, suspensões e determinações de ressarcimento ao erário, sendo que tais circunstâncias foram devidamente anotadas nos registros funcionais;

Está em dia e de acordo a legislação local a avaliação do estágio probatório dos servidores, bem como foram emitidas as portarias de declaração de estabilidade, quando for o caso (art. 41 da CR);

Foram corretamente aplicadas as leis de reajuste e de revisão geral dos servidores;

Estão regulares as contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS;

Estão regulares os descontos do imposto de renda na fonte (Decreto Federal nº 3000/1999).

4. Sobre o exame dos procedimentos licitatórios e da execução dos contratos em vigor:

As contratações públicas do Município são realizadas pelo Setor de Licitações, que mantém arquivo cronológico dos processos de licitação e de contratação direta, **todos devidamente autuados, protocolados e com as páginas numeradas e rubricadas**, iniciados pelo documento que solicita a contratação, devidamente autorizado pelo ordenador de despesa, seguindo-se com a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Os processos **contêm regularmente a documentação de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993**, inclusive as atas das sessões públicas e reuniões realizadas pela comissão de licitações, pregoeiro e equipe de apoio e responsáveis pelas dispensas e inexigibilidades de licitação, conforme o caso da modalidade eleita. Todas as minutas de editais e contratos foram verificadas pela assessoria jurídica do Município, processando-se os atos de acordo com as suas orientações.

Quanto às licitações públicas, verifica-se a opção pelas modalidades com valores mais amplos, como tomada de preço e pregão, inclusive na sistemática de Registro de Preços, **o que beneficia o Município com a ampliação da publicidade de edital, permitindo a participação de um número maior de interessados no certame**, ao passo que evita situações de fracionamento de despesa, por deficiência no planejamento das

contratações públicas.

No que tange à publicidade obrigatória determinada pela Lei nº 8.666/1993 **são cumpridas as determinações dos artigos 21 e 61 parágrafo único**, quanto ao edital do certame e quanto ao contrato, respectivamente. No caso de dispensa e inexigibilidade de licitação, cumpre-se o que determina o artigo 26 da Lei de Licitações.

5. Exame da gestão dos regimes próprios de previdência:

O Regime **está amparado em cálculo atuarial inicial**;

O cálculo atuarial **é feito a cada exercício**;

As alíquotas indicadas pelo cálculo são as que constam na lei municipal;

Os percentuais de contribuição do Município e dos segurados – ativos e inativos – **obedecem aos limites mínimos e máximos**;

As alíquotas de contribuição previdenciária, cota do servidor, incidem sobre a base de cálculo estabelecida em lei;

Os recursos do RPPS são aplicados nos limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional;

Os recursos previdenciários não são utilizados para custeio de plano de saúde;

Os recursos não são utilizados para empréstimo aos servidores ou ao Município;

Os benefícios garantidos pelo RPPS, salvo os que decorrem da Constituição da República, não são distintos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

Regime paga somente os benefícios previdenciários e as despesas administrativas;

Os pagamentos das despesas administrativas **contam com**

autorização e obedecem ao limite legal;

É garantido aos servidores ativos e inativos, amplo acesso às informações do RPPS;

A conta do regime é distinta da conta do Município;

Os servidores (ativos/inativos) estão representados nas instâncias ou colegiados do regime;

O Município está recolhendo e repassando os valores ao RPPS, conforme as alíquotas previstas na Lei Municipal;

Está sendo corretamente operacionalizada a compensação previdenciária;

O RPPS está atendendo todas as exigências do Ministério da Previdência Social – MPS para obtenção do Certificado Regularidade Previdenciária – CRP.

6. Manifestação sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso, por processo seletivo público e mediante contratação por tempo determinado:

O SCI analisou e se manifestou favoravelmente às admissões de pessoal por concurso público, processo seletivo público e por tempo determinado, efetivadas no ano de 2020, cabendo registrar ainda que:

Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SIAPES, para efeito de registro, da ocorrência de atos de admissão originários (art. 71, III, da CR; Resolução TCE/RS nº 787-2007 e Instrução Normativa TCE/RS nº 16/2007).

Estão devidamente catalogados, arquivados e à disposição do TCE/RS, os seguintes documentos, relativos a concursos e processos seletivos realizados (Resolução TCE/RS nº 787/2007 e Instrução Normativa TCE/RS nº 16/2007);

- Editais de abertura;
- Editais de homologações de inscrições;
- Editais de homologação de resultado final;
- Comprovação de publicação dos editais;
- Listas de presença;
- Provas aplicadas com critérios de correção;
- Grades resposta e gabarito;
- Provas práticas reduzidas a termo;
- Títulos apresentados;
- Decisões de recursos administrativos;
- Diplomas legais que regulamentaram o concurso;
- Todos os demais documentos relativos aos procedimentos;

Estão devidamente catalogados e arquivados os seguintes documentos relativos às admissões, aos desligamentos e à organização do quadro de pessoal (Resolução TCE/RS nº 787/2007 e Instrução Normativa TCE/RS nº 16/2007);

- Atos de admissão (com prova da publicidade e entrada em exercício);
- Documentos dos admitidos;
- Leis e justificativas das contratações por tempo determinado de excepcional interesse público;
- Atos de desligamento (por exoneração e demissão, etc.);
- Dados completos relativos ao quadro de pessoal permanente e em extinção (fundamentação legal, especificação dos cargos empregos e funções, nomenclatura e quantitativo de cargos providos).

7. Convém destacar, por fim, que por se tratar de um ano totalmente atípico em face da pandemia do novo Coronavírus (Covid 19), aonde, a partir do mês de março, decretado o estado da calamidade pública e que perdurou o restante do ano, passou-se a adotar uma

série de medidas e restrições em saúde pública, havendo o afastamento de servidores do grupo de risco e regimes de trabalho por escalas, bem como, em caráter também excepcional, trabalho remoto por algumas atividades, restaram prejudicadas sobremaneira as diligências de fiscalização in loco, ocasião em que tivemos que nos servir, na grande maioria das vezes, da análise concreta sobre documentos/relatórios encaminhados pelas próprias Secretarias, setores e departamentos, quando solicitados.

P A R E C E R

Diante do exposto, o Sistema de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do Governo Municipal, elencados na lei orçamentária do exercício, **foram adequadamente cumpridos, ressaltando, que o gestor priorizou as de maiores necessidades para os munícipes.**

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, **os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.”** – grifamos.

Eminente Conselheiro, com elevado respeito a dúvida levantada pela Auditoria, qual seja, de que a unidade de controle interno “não teria se pronunciado de forma conclusiva”, da atenta análise do relatório e parecer não se pode ter qualquer dúvida com relação a isso.

Em várias passagens do próprio relatório se visualiza que a Unidade passa a atestar e confirmar a regularidade de atos e procedimentos do Gestor, não se verificando, de outro turno, qualquer ressalva de que não fora cumprido, atendido ou observado.

Portanto, com elevado respeito, se o parecer não se utiliza da expressão “aprova”, o que se admite para fins de debate, todo o seu contexto e expressões utilizados dão a exata noção da conclusão a que a Unidade Interna chegou, qual seja, **aprovação plena e sem ressalvas**. O restante, data máxima vênica, se trata de uma questão meramente semântica.

Ademais Exa., nota-se que no processo que examinou as constas de Gestão do ano de 2019 (processo 3320-0200/19-0), a Auditoria desta Corte na ocasião, em análise ao relatório da Unidade de Controle Interno (item 5.3. da manifestação conclusiva da unidade de controle interno – MCI), conclui que: **“Em observância à Resolução TCE nº 1099/2018 e à Instrução Normativa TCE nº 01/2016, as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal foram entregues nos prazos estabelecidos.”**

A considerar que a Unidade de Controle Interno desta Municipalidade não alterou a estrutura de seu parecer final sobre as ações de gestão, não havendo qualquer apontamento nos anos que antecedem o ora examinado, tao logo, salvo melhor juízo, não há absolutamente nada que indique deficiência ou ausência de enfrentamento pela Unidade de Controle Interno sore a regularidade ou não das contas de gestão.

9.1.3 Pesquisa de Lei das Ouvidorias.

Exa., consoante comprovam os anexos documentos que seguem, a ouvidoria do Município recebeu 96 (noventa e seis) protocolos no ano de 2020, com as seguintes classificações: elogios, denúncias, sugestões, críticas, expedientes esse que tramitaram e fazem parte integrante do relatório anual, também em anexo.

O citado relatório, também em anexo, discrimina o número total de manifestações/pedidos, as respectivas motivações acerca das manifestações, análise e providências adotadas pelo Poder Público,

Veja que quando da aferição pela Auditoria, *prints* de 16.08.2020 (peça 4066489), de fato, em que pese haver dados informativos, tais relatórios não estavam disponíveis, o que foi objeto de oportuna e plena regularização consoante pode se ver de consulta ao sistema (portal da transparência). Portanto, salvo melhor juízo, irregularidade (quanto a divulgação) de menor potencial lesivo a lei e que não merece reprovação a ponto de comprometer as contas.

A ouvidora se fez presente na recepção das manifestações, deu o devido encaminhamento aos expedientes, buscou-se a solução das questões trazidas ao conhecimento da Administração, não deixando nenhum dos contribuintes, sejam eles anônimos ou identificados sem a devida satisfação das ações.

Ademais, o fato de tais “relatórios” não estarem disponíveis no sítio oficial do Município naquele momento (agosto de 2020), por sua vez, não implica dizer que estejam sendo violadas a participação, proteção e a defesa dos usuários do sistema.

“12 EDUCAÇÃO

(...)

1.2. Plano Nacional de Educação – Metas de Competência Municipal”

A Supervisão de Auditoria desta Corte, ao emitir o relatório de contas anuais, aponta de que Municipalidade não teria cumprido com as metas do plano nacional de educação, mais precisamente as metas 2A, 6ª, 6B, 15ª, 15B, 15C e 16B, assim como ausência de dados ou

elementos que indiquem o cumprimento da meta 10.

Vejamos, assim e em síntese, a que correspondem a metas tias por não atingidas, a saber:

Meta 6 -Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação.

Meta 16 - Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

Pois, com relação à **Meta 2A**, destaca-se que o número de alunos matriculado foi inferior à projeção para o respectivo ano (vagas a criar PNE – 3.595), todavia, isto não implica dizer que faltaras vagas. Acontece que toda a população entre 6 e 14 anos de idade do

Município teve pleno acesso a rede municipal, ou seja, todas as solicitações fora, integralmente atendidas.

Destarte, o fato de a Municipalidade ter previsto um número maior do que efetivamente foi necessário, não implica dizer que alunos deixaram de ter acesso à rede de ensino.

Por outro lado, não se esqueça que estávamos, todos nós, enfrentou um ano totalmente atípico, ano de pandemia COVID/19, aonde o ano letivo basicamente ocorreu de forma não presencial, com várias intercorrências, inseguranças de toda ordem, a necessidade dos Municípios ter que se estruturarem para prover o ensino de forma remota, enfim, situações que prejudicaram sobremaneira o vencimento de metas de ensino elaboradas para ocorrerem em situação de normalidade, o que longe esteve de ocorrer.

Em relação à **Meta 6A**, esta restou prejudicada pelos Decretos Municipais editados a partir do mês de março do ano de 2020, decretos esses que limitaram as ações do poder público, especialmente em relações às ações “educativas”. Tais decretos, editados a partir da declaração do estado de calamidade pública no Município (decreto 3763/2020), buscavam atender as diretrizes adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul nas ações de combate a pandemia, com regras rígidas de distanciamento social e protocolos dos mais variados a ponto de impedir aulas presenciais, tão logo, restringir ações, iniciativas e projetos diversos, inclusive a suspensão das aulas presenciais durante basicamente todo o ano – vide decretos em anexo.

Em seguimento, atenta a **Meta 6B**, esclarece-se que o Município tem três escolas de Educação Infantil de turno integral, e nove escolas de Ensino Fundamental que, dentre elas, uma em turno integral. Devido a algumas restrições do espaço físico, não logrou possibilitar acesso ou

oferta de turno integral naquelas instituições. Entretanto, junto ao projeto Global foi possível disponibilizar de forma integral/contraturno esta demanda advinda das demais oito escolas antes referidas. Assim, em face do Projeto Global considera a Municipalidade atendidas a meta referida (6B), posto que oportunizou a ampliação em tempo integral na rede, para 12, o que pode ser visto pelo quadro 79.

Atentos as Metas 15ª, 15B e 15C, os índices apresentados com os quadros 80 (fl. 78 do relatório), quadro 81 (fl. 79 do relatório) e quadro 82 (fl. 80 do relatório), estes não conferem com a realidade, possivelmente fruto de um equívoco involuntário da Auditoria.

Segundo dados obtidos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, junto ao quadro “percentual de funções docentes com curso superior por município – 2020, os indicadores são os seguintes:

Creche – 64,4%;

Pré-Escola – 90,80%;

Ensino Fundamental Anos Iniciais – **95,50%**;

Ensino Fundamental Anos Iniciais – **97,90%**

Com relação ao eventual descumprimento da Meta 16B, novamente se observa um equívoco nos dados aferidos pela Auditoria. Em atenção a Resolução CNE nº 5, de 3 de agosto de 2010, que estabelece as “diretrizes nacionais para os planos de carreira e remuneração dos funcionários da educação básica públicos, em seu artigo 5º, dispõe o seguinte:

“Art. 5º Na adequação de seus planos de carreira aos dispositivos das Leis nº 9.394/96, e nº 11.494/2007, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem observar as seguintes

diretrizes:

(...)

XIII - prover a formação dos profissionais da educação de que trata a presente Resolução, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação inicial, pedagógica e profissional, sob os seguintes fundamentos:

- a) sólida formação inicial básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos de suas competências de trabalho;
- b) associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados, capacitação em serviço e formação continuada;
- c) aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades;

(...)

XVII - instituir mecanismos que possibilitem a formação continuada no local e horário de trabalho para os profissionais de que trata a presente Resolução, por meio de convênios, preferencialmente realizados com instituições públicas de ensino e, quando privadas, apenas com aquelas de reconhecido padrão de qualidade;

Atento as anexas planilhas, verifica-se o corpo docente realizou cursos de formação continuada, todavia, destaca-se que eventual não atendimento de um percentual mínimo, isto se deve essencialmente a um ano atípico, pandemia COVID/19, onde houveram, como cediço é, inúmeras restrições, cancelamento de cursos de capacitação de formação voltados ao magistério, o que é conhecida desta Corte, não obstante, ainda, o afastamento de muitos servidores por diversas licenças e circunstancias diversas, o que prejudicou não só as atividades como um todo, mas o cumprimento integral de ações e metas.

Com relação à Meta 10, convém destacar que a Administração tem trabalhado e envidado seus esforços no sentido de diminuir a demanda de alunos no EJA, na busca de soluções alternativas. No ano de 2020, sob análise, haviam, uma demanda de cerca de 20 (vinte) alunos, e estes não deixaram de ser atendidos. Passa-se a se colacionar, neste momento, planilha elucidativa acerca do monitoramento dos índices de defasagem dos anos de 2019 e 2020 das Escolas da rede, assim como atas que decorrem de reuniões com o Ministério Público onde se comprovam ações concretas, pelo Município, com o assunto.

Assim, frente ao cenário que apontava para um decréscimo de demanda, a oferta da integração da modalidade “EJA” com a educação profissional não estaria a se justificar, posto que investimento considerável para tão somente pouco alunos.

12.5.4 Previsão Orçamentária – Implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais.

Exa., inobstante “não haver” previsão orçamentaria para gastos específicos na realização de ações na área da educação de relações étnico-raciais, não implica dizer que, na prática, deixaram de ser realizados. Isto pode ser visto nas oficinas de capoeira e horários específicos para planejamento de estudos interdisciplinares com orientação para alinhamento do que restou previsto no Parecer nº 02/2008 (em anexo), visando a oferta de aprendizagem a professores e alunos nesta direção.

Todas as escolas da rede, junto a projetos político pedagógicos – PPP estão perfeitamente alinhadas as orientações que decorrem do citado parecer.

Obviamente que há mais a ser feito, todavia, as questões da pandemia igualmente impossibilitaram que ações e projetos fossem realizados buscando a implementação de ações e na educação das relações étnicos e raciais no Município.

13.1.4 Revisão do Plano Municipal e da Programação Anual devido à Pandemia da Covid/19.

Exa., não obstante constar pelas informações nº 13/2021 de que o Município não teria alterado o Plano Municipal de Saúde previsto para os anos 2018/2021 com relação ao enfrentamento da pandemia COVID/19, trata-se, a bem da verdade, uma mera formalidade e que ora se explica:

Primeiro, a pandemia acabou por se instalar no ano de 2020, partir de março, ocasião em União (presidente), Estados (governadores) e Municípios (prefeitos), viram-se surpreendidos com esta pandemia, que trouxe, além de gastos extraordinários, protocolos sanitários rígidos e distanciamento social que acabou por trazer reflexos também na economia.

Segundo, tratou imediatamente de criar um Comitê específico para avaliar, determinar e acompanhar todas as ações em saúde no que diz respeito a pandemia, tais como plano de contingências, aquisições, contratações, divulgação, plano de vacinação, entre outras tantas ações que eram avaliadas e realizadas semanalmente, especialmente diante dos protocolos de distanciamento editados pelo Estado do Rio Grande do Sul. Segue em anexo “resumos” das ações programadas pelo Comitê realizadas durante o ano de 2020.

Terceiro, o Município de Dois Irmãos, a exemplo de tantos outros, sempre buscou atender aos rígidos protocolos sanitários e de

distanciamento editados pelo Governo do Estado, a cada semana.

Quarto, mesmo que não “atualizando” seu plano, jamais deixou de cumprir com as normatizações editadas pelo Governo do Estado, passando a aderir imediatamente aos regulamente, normas e protocolos, tanto e verdade que sempre esteve entre os Municípios de menor de contaminados e óbitos, proporcionalmente.

Quinto, todas as ações foram e estão previstas em decretos municipais, que seguem em anexo, sejam elas de fiscalização, sejam elas na aquisição de insumos de combate e prevenção da COVID/19, sejam elas na aquisição e testagem das pessoas.

Junto ao portal de transparência do Município, domínio “CORONAVIRUS”, estão informados, entre outros, gastos e ações no combate a pandemia, plano municipal de vacinação da COVID/19,

Portanto Exa., sempre esteve atento, na prática, as ações concretas no combate a pandemia COVID/19, o que se desincumbiu, a seu juízo, com sucesso. O fato de não ter editado “tais” ações/metast e procedimentos junto ao plano anual de saúde, não quer dizer, em absoluto que se houve com negligência, constituindo-se, como se disse, uma mera irregularidade formal que passível é, a qualquer tempo de readequação.

16.3 Conselho Municipal de Saúde

16.3.3 Da infraestrutura e recursos disponíveis.

Exa. com relação a suposta “ausência de equipamentos básicos à disposição do Conselho”, equivocada a afirmação.

O Conselho dispõe, assim como todos os demais, de local adequado para suas reuniões, com equipamentos de informática, apresentação visual e telefônico plenamente disponíveis em suas reuniões. Não há falta de estrutura adequada para seu funcionamento e desenvolver de suas atividades.

16.4 Conselho Municipal de Meio Ambiente

16.4.2 Composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Exa., a par de que a representatividade popular no referido Conselho restou prejudicada, obviamente que se tal ocorreu, não se deve exclusivamente a Administração Municipal.

De sua composição, há sete representatividades da sociedade civil distintas, todavia, consoante comprovam as anexas atas as reuniões do ano de 2020, nem todas se fizeram presentes, em que pese convocadas e cientes. Estávamos em um ano de pandemia, com incertezas e protocolos de distanciamento rígidos e variáveis, a cada semana, o que certamente trouxe reflexos na presença de todos os seus integrantes.

Seria e é uma demasia que no auge da pandemia, onde expedientes administrativos foram suspensos, redução de cargas horárias, trabalhos em modo remoto (vide decretos em anexo), enfim, além de todas as questões de natureza personalíssima de cada membro, exigir-se uma participação plena de um conselho composto de 14 (quatorze) membros distintos.

Ademais, note-se que as reuniões ocorreram, tendo a participação popular ocorrido de forma maciça nas avaliações e decisões das questões trazidas ao debate/apreciação. Eventual não

comparência de um ou outro integrante das organizações da sociedade civil não prejudicou em absolutamente nada as atividades do Conselho.

Com relação a suposta “ausência de equipamentos básicos à disposição do Conselho”, equivocada a afirmação. O Conselho dispõe, assim como todos os demais, de local próprio para suas reuniões (sala de reuniões da prefeitura – segundo andar), com equipamentos de informática, apresentação visual e telefonia plenamente disponíveis.

Assim, não há falta de estrutura adequada para o funcionamento e desenvolver de suas atividades; o mesmo que vale destacar para apontamentos idênticos em relação aos demais Conselhos.

Em que pese não dispor de dotação específica para si, há dotação orçamentária própria a Conselhos, consoante documentação em anexo (órgão 2 Gabinete – ação 2007 – 0004.0125.0025 Manutenção dos Conselhos), e cujos recursos são destinados ao funcionamento e custeio também do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Desta rubrica é que provém os valores para custeio desde e de outros Conselhos, o que resta evidente e cujas despesas são contabilizadas mensalmente.

16.5. Conselho Municipal de Saneamento Básico.

16.5.1 Instituição.

Exa. o presente apontamento já restou regularizado no próprio exercício, consoante se vê do anexo Decreto Municipal nº 3.913, de 4 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a **“CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO NO ÂMBITO**

DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS E DÁ OUTROS PROVIDÊNCIAS”.

II - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Municipalidade, através de sua gestora, tem plena consciência de que o papel da Auditoria é de se ater essencialmente as questões técnicas no sentido de, havendo descompasso entre o ato de gestão e a lei, sinalizar eventuais inconsistências/incongruências.

Contudo, cabe ao Conselheiro, por sua vez, servir-se de tais técnicas como referenciais, valorando além da realidade fática apresentada pela Administração, aquelas providências tomadas pela Administração para sanar quaisquer inconformidades.

Deve ainda, como cediço é, sopesar não só a gravidade ou não das inconsistências, mas a existência ou não de lesividade, a voluntariedade das ações, o grau de culpa, assim como o histórico do(a) gestor(a) para adentrarmos mérito e eventual aplicação penalidades de acordo com a maior ou menor gravidade.

Neste rumo Eminente Conselheiro, não só esta Corte, mas V. Exa. é conhecedor da conduta da Gestora Tânia Terezinha da Silva ao longo de duas gestões (oito anos), eis que Conselheiro Relator de processo de contas de gestão do ano de 2018, por exemplo, ocasião em que decidiu pela regularidade de dos atos de gestão (aprovação), sem qualquer ressalva.

Nunca teve suas contas reprovadas; trata-se de gestora que ao longo dos anos buscou corrigir as inconsistências apontadas em suas gestões, o que acredita ter se havido com sucesso; nas duas oportunidades em que restou penalizada com multas, honrou seus compromissos com esta Corte; manteve em suas gestões, em especial

com a equipe de Auditores, relação de excelência e transparência em seus atos, inclusive no atendimento a pleitos de retificação e readequação de procedimentos quando por ventura alertada (licitações, contratos e outros).

Do atento exame dos atuais apontes, salvo melhor juízo, não se vê procedimentos ou condutas que importem gravidade ou lesão. Igualmente não se visualiza afronta reiterada e dolosa de princípios normativos em exame.

Não obstante a ausência de gravidade e/ou dolo nas ações sob exame, quiçá de prejuízo ao Erário, note-se que a gestora em questão, desde o primeiro ano de sua primeira gestão, até o ano de 2019, penúltimo ano de sua segunda gestão, teve suas contas julgadas regulares e aprovadas. Vejamos: 002044-0200/14-2 (contas de gestão 2014); 002045-0200/14-5 (contas de governo 2014); 002072-0200/15-0 (contas de gestão 2015), 001546-0200/16-8 (contas de governo 2016), 004151-0200/17-3 (contas de governo 2017), 001042-0200/18-2 (contas de governo 2018), 003320-0200/19-0 (contas de governo 2019),

Trata-se, assim, de agente política que tem por hábito seguir os ditames das leis e que, quando instada a regularizar, trata de revisar e regularizadas os apontes, a ponto de ter todas as suas contas aprovadas desde que eleita foi ao cargo.

Em que pese o respeitado histórico da gestora não se conduzir como matéria de mérito com relação aos apontamentos levantados pela Auditoria, haverá obviamente de ser sopesado por V. Exa. no caso em concreto, como forma de apreciar o histórico de uma agente política que sempre se pautou pelo respeito as leis, ao cumprimento dos preceitos da constituição e que, quando por ventura instada por esta Corte a corrigir eventuais inconsistências, o fez.

III - DOS PEDIDOS:

Destarte, por todo exposto, r. requer Vossa Excelência se sirva receber os tempestivos esclarecimentos para que, ao final, acolhidos, seja determinado o seguinte:

- a) julgar aprovadas as Contas de Governo do Executivo Municipal de Dois Irmãos em relação à competência de 2020 em vista dos substratos fáticos e jurídicos acima expendidos;
- b) não aplicar qualquer sanção pecuniária a Gestora frente aos apontamentos diante das razões que ora se apresentam, eis que já sanados ou em fase de correção;

Termos em que Pede e Espera Deferimento.

Porto Alegre RS, 15 de março de 2022.

ÂNGELA KLEIN
OAB/RS 61.578B